



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARA

ATA - TRE/PRE/DG/SEPLAN/CEPEL/SEGEF

(04.11.2025 – 8h às 11h46 – SEI nº 0004871-38.2020.6.14.8000)

Ata da 2ª Reunião de Análise da Estratégia (RAE) de 2025, realizada pelo Conselho de Governança, para reporte acerca dos resultados das metas fixadas, proposição de ajustes e outras medidas necessárias à melhoria do desempenho da gestão.

MEMBROS DO CONSELHO DE GOVERNANÇA PARTICIPANTES	
Nome	Cargo
Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO	Presidente
DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO	Corregedoria
BRUNO GIORGI ALMEIDA E SILVA	Diretor-Geral
ROSIANE REVELLE DOS SANTOS MARTINELLI	Secretária Judiciária
ELAINE CRISTINA DE JESUS SANTANA DA SILVA MACHADO	Secretária de Planejamento
FELIPE HOUAT DE BRITO	Secretário de Tecnologia da Informação
RICARDO SERRUYA DE MEDEIROS	Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade
MARCELO DOS SANTOS AGUILLAR	Secretário Administração (substituto)
EVANDRO MOREIRA RAMOS	Secretário de Auditoria
GISELLE DE OLIVEIRA TEIXEIRA PINTO	Secretária de Gestão de Pessoas

DEMAIS PARTICIPANTES	
Nome	Cargo
ANA CAROLINA LEÃO ALENCAR	Chefe da Seção de Governança, Gestão de Riscos e de Processos
ANGELA FIGUEIREDO DA SILVA MERGULHÃO	Coordenadora de Licitações e Contratos
ANTONIO EDIVALDO DE OLIVEIRA GASPAR	Coordenador de Gestão da segurança da Informação e infraestrutura de Data Center
DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO	Corregedoria
FERNANDA MARQUES DE AZEVEDO CORDEIRO	Assistente de Qualidade Institucional
KAYLA OLIVEIRA COHEN	Assessora Especial de Apoio à Gestão

MARIANA CARLA MOURA E CASTRO	Chefe de Seção de Saneamento de Dados e Suporte ao PJE
MICHELE BAPTISTA LUIZ DE MELO E SILVA	Assessora de Modernização e Governança de Gestão de Pessoas
NATASHA DA COSTA GILLET	Assistente de Governança, Gestão de Riscos e de Processos
OSIEL MARLON NEGRÃO DA SILVA	Chefe da Seção de Gestão Estratégica e Projetos
PATRÍCIA GUIMARÃES ROCHA DE SABOYA	Assessora de Cerimonial
RENATA CLAUDIA MARTINS FERREIRA	Assessora de Comunicação Institucional
ROBERTO DE ARAÚJO MOURA	Assessor de Qualidade Institucional
ROBERTO LOPES ROCHA	Assessor de Governança de Tecnologia da Informação
ROSIANE REVELLE DOS SANTOS MARTINELLI	Secretária Judiciária
SANDRO GONÇALVES BORGES	Coordenador de Estratégia e Planejamento de Eleições
SINARA LUBIANA MENDES	Secretária da Corregedoria
SABRINA BITENCOURT CASTRO	Coordenadora de Gestão de Processos e Governança
VALENA LAREDO MENDONÇA WANZELER	Chefe de Sessão da Escola Judiciária Eleitoral
VILARETE DE ALMEIDA OLIVEIRA	Coordenadora de Assuntos Judiciários da Corregedoria
WALQUIRIA CARRERA BERNARDO RIBEIRO	Chefe do Núcleo de Estatística

A 2ª Reunião de Análise da Estratégia (RAE) de 2025 ocorreu no dia 4 de novembro de 2025, reunindo o Conselho de Governança do TRE-PA, instituído pela Resolução TRE-PA nº 5.415/2017, e servidores das unidades envolvidas. O encontro teve como objetivo acompanhar os resultados das metas estratégicas, analisar indicadores, propor ajustes e discutir ações necessárias para melhorar o desempenho institucional.

ABERTURA

A reunião foi iniciada pela Secretária de Planejamento, Elaine Santana, que deu boas-vindas aos presentes e reforçou o objetivo central: analisar a estratégia institucional e os indicadores, oferecendo subsídios à alta administração para definição de prioridades.

Em seguida, o Presidente do TRE-PA e do Conselho de Governança, Desembargador José Maria Teixeira do Rosário, declarou a reunião aberta e parabenizou a SEPLAN pela condução dos trabalhos.

INFORMES

A Secretária de Planejamento comunicou que o TRE-PA recebeu o Selo de Linguagem Simples, destacando a

importância da iniciativa para melhorar a comunicação institucional. Para o selo foram inscritos 5 projetos um para cada eixo. São eles:

EIXO	DESCRIÇÃO	Projeto Inscrito	Gerente do Projeto
1. Simplificação da linguagem dos documentos	1.1 - Fomento ao uso de linguagem simples e direta nos documentos judiciais, sem expressões técnicas desnecessárias.	Simplificação da linguagem dos documentos: Projeto "Simples Assim" - Simplificação da linguagem dos documentos, em que foram apresentados modelos de documentos em atenção à Linguagem Simples (Despacho GABSJ 2770919).	Elaine Santana
2 - Brevidade nas comunicações	2.1 - Incentivo à utilização de versões resumidas de votos nas sessões de julgamento, sem prejuízo da juntada de versão ampliada nos processos judiciais.	Julgamento por ementa - Art. 113, parágrafo único do Regimento Interno, Res. 5841/2024, publicada em 10/01/2025 - Despacho GABSJ 2770919	Rosiane Martinelli
3 . Educação, conscientização e capacitação	3.1 - Formação inicial e continuada de magistrados (as) e servidores (as) para elaboração de textos em linguagem simples e acessível à sociedade em geral.	Capacitação "Reescrevendo a Justiça: Dominando as Técnicas da Linguagem Simples e Acelerando a Transformação com IA" (Despachos STD e ASGP 2773165).	Hérিকা Sodré
4 . Tecnologia da informação	4.2 - Utilização de recursos de áudio, vídeos explicativos e traduções para facilitar a compreensão dos documentos e das informações do Poder Judiciário.	Projeto "Originários: Sua língua, seu voto, sua representatividade" - Despacho GABSEPLAN 2774854	Desembargadora Filomena Buarque
5. Articulação interinstitucional e social	5.1 - Fomento da colaboração da sociedade civil, das instituições governamentais ou não, e da academia, para promover a linguagem simples em documentos. 5.2 - Criação de uma rede de defesa dos direitos de acesso à justiça por meio da comunicação simples e clara. 5.3 - Compartilhamento de boas práticas e recursos de linguagem simples. 5.4 - Criação de programas de treinamento conjunto de servidores e servidoras para promoção de comunicação simples, acessível e direta. 5.5 - Estabelecimento de parcerias com universidades, veículos de comunicação ou influenciadores digitais para cooperação técnica e desenvolvimento de protocolos de simplificação da linguagem.	"Diálogos Partidários" que tem por objetivo	Vespasiano Rubim

DISCUSSÃO DA PAUTA

1. Prêmio CNJ – Informes e Deliberações

A Secretária de Planejamento, Elaine Santana, apresentou um panorama detalhado do desempenho do Tribunal no Prêmio CNJ. Ela explicou que o TRE-PA não conseguiu atingir a pontuação referente à paridade de gênero porque não foi possível alcançar o percentual exigido de 50% de mulheres e 50% de homens nos cargos de chefia, especialmente nos níveis FC6 e nas chefias de núcleo. Destacou que, entre as 101 zonas eleitorais do Estado, 47 possuem apenas homens no quadro de servidores, o que se deve, em parte, ao fato de que muitas servidoras atuam como requisitadas e, por isso, não podem assumir funções de chefia. Em outros casos, a dificuldade é simplesmente a falta de disponibilidade efetiva de servidoras para exercer essas funções. Ainda assim, informou que a meta de paridade foi cumprida no âmbito dos cargos em comissão (CJ).

Elaine relatou que a Secretaria ingressou com recurso relacionado a essa pontuação, embora sem grande expectativa de deferimento, e comunicou que pretende contestar a próxima minuta do prêmio, com o objetivo de aprimorar os critérios de avaliação e torná-los mais realistas diante do contexto das instituições eleitorais.

A Secretária também destacou os avanços no eixo “Produtividade”. Houve uma redução significativa na taxa de julgamento, que passou de 34% para 8,36%, superando as metas estabelecidas. Com isso, o Tribunal alcançou 95% de produtividade, um crescimento de 76% em relação ao ciclo anterior. Ela informou que, das três metas nacionais, duas foram cumpridas integralmente, demonstrando o esforço de diversas áreas.

O Diretor-Geral, Bruno Giorgi, reforçou esse resultado, explicando que o desempenho elevado decorre do esforço concentrado das unidades, sobretudo na redução do estoque de processos, que caiu de 19 mil para 4 mil. Ressaltou que essa conquista foi obtida com o uso eficiente dos recursos públicos, resultando no pagamento de apenas 25 diárias aos servidores que participaram diretamente da ação de força-tarefa. Bruno parabenizou a atuação conjunta das zonas eleitorais, da STI e da SEPLAN, que obtiveram pontuação máxima nesse eixo.

Elaine também agradeceu à equipe do GPJUD, que compartilhou conhecimentos importantes sobre o fluxo de trabalho e sobre a forma como o CNJ avalia o desempenho dos tribunais, o que ajudou o TRE-PA a compreender melhor seus pontos fortes e suas fragilidades.

Bruno comentou ainda que o Tribunal não alcançou a pontuação total no Índice de Atendimento à Demanda (IAD) porque diversos processos de prestação de contas foram protocolados perto da data final da avaliação, o que reduziu o tempo disponível para julgamento. Ele registrou que essa situação será usada como argumento no diálogo com o CNJ, pois trata-se de um fator excepcional. Ainda assim, destacou que, mesmo com a perda de pontos, o TRE-PA ficou em primeiro lugar quando comparado a outros tribunais.

A Secretária Judiciária, Rosiane Martinelle, informou que vários chamados foram abertos junto ao CNJ porque, às vésperas da premiação, houve necessidade de desarquivar processos no PJe para julgamento, e essa movimentação não foi contabilizada adequadamente pelo sistema nacional. No próximo ciclo, esse ponto será revisto, para não gerar percepção de injustiça. Ela afirmou que a SJ, em conjunto com a STI, está trabalhando para corrigir essas inconsistências técnicas, que poderão melhorar o desempenho em ciclos futuros.

Sobre o próximo ano, Elaine alertou que o período eleitoral tornará os resultados mais desafiadores, principalmente no eixo do IAD, e que o Tribunal deverá “acumular pontuação” em alguns eixos para compensar possíveis perdas em outros.

Ela explicou também que, no eixo “Transparência”, apesar de o Tribunal ter atendido a 98,4% dos requisitos, houve perda de 20 pontos devido a uma penalização coletiva aplicada pelo CNJ, que afetou vários tribunais simultaneamente.

Em relação ao eixo “Tecnologia da Informação e Dados”, o Tribunal obteve quase todas as pontuações máximas. A única exceção foi: *“alcançar percentual igual ou superior a 60% do referencial mínimo para o seu quadro permanente de servidores, conforme estabelecido no art. 24, § 1º da Resolução CNJ nº 370/2021 e cálculos apurados no iGov-TICJUD (30 pontos).”* Para o item referente, o quantitativo de servidores da área de TI seriam necessários 89 profissionais, mas atualmente há apenas 39. Elaine afirmou que essa limitação evidencia a necessidade de fortalecer o planejamento entre o TRE e a STI, especialmente no que diz respeito à alimentação e à extração de dados para os indicadores nacionais, bem como estudar em profundidade os dados informados ao CNJ para o próximo ciclo, uma vez que *“por se tratar de um quantitativo relativo a quantitativo de pessoas, e havendo casas decimais, o resultado do referencial mínimo será calculado com base no número inteiro superior mais próximo.”*

O servidor Felipe Houat de Brito acrescentou que poucos tribunais conseguiram pontuar integralmente nesse quesito e apresentou duas sugestões: a realização de concurso de remoção para redistribuir melhor o quadro de pessoal e a limpeza de usuários inativos do sistema. Rosiane observou que a exclusão de usuários advogados não é possível, porque eles precisam permanecer vinculados aos processos em que atuam.

Para o próximo ciclo, Elaine informou que, até o final de 2025 ou início de 2026, será apresentado um plano de estratégias por unidade, com o objetivo de alcançar a Premiação Diamante. A estratégia será manter os resultados positivos, compensar perdas previsíveis — especialmente nos eixos afetados por fatores externos — e buscar novas oportunidades de pontuação nas áreas de sustentabilidade, equidade de gênero e governança.

1.2 Plano de Integridade

A Coordenadora da CPGOV, Sabrina Bitencourt Castro, informou que esta foi a primeira edição do trabalho desenvolvido pela Coordenadoria em atendimento à recomendação do TCU, com foco na prevenção à corrupção e estruturado a partir de quatro grandes eixos de governança.

Explicou que, a partir desse trabalho, foram mapeados 17 riscos de integridade e, com base nessas análises, priorizadas 25 ações de controle, que estão em fase de monitoramento e têm vigência até o final de novembro. Do total, 13 ações foram concluídas, 1 foi cancelada e 11 permanecem em andamento.

Sabrina destacou, entre as ações concluídas, a iniciativa de combate ao assédio e à discriminação, que resultou na elaboração do Plano de Integridade do TRE, além de outras medidas relevantes, como a revisão do Código de Ética, o fortalecimento da autonomia institucional, a produção de cartilhas e capacitações voltadas à proteção do sigilo de dados internos e a finalização da Cartilha do Código de Ética das Contratações.

Ela ressaltou que o monitoramento das ações é contínuo, com o objetivo de mitigar riscos e fortalecer a cultura de integridade no Tribunal. Informou ainda que já está em elaboração o novo Plano de Integridade para o próximo ciclo, que contará com oficinas de gestão de riscos na primeira semana de dezembro e apresentação oficial prevista para fevereiro.

Durante a reunião, a Secretária Judiciária, Rosiane Martinelle, questionou sobre as ações relativas ao monitoramento dos PAD's para criação de uma norma, trabalho que envolve a Corregedoria e a Secretaria Judiciária (SJ). Ela esclareceu que a SJ encaminhou pedido à Presidência, atualmente em análise, com prazo até 10 de dezembro para entrega da norma. A Coordenadora da CPGOV informou que não haverá prejuízo para o ciclo, desde que as evidências sejam devidamente registradas no processo.

O Desembargador-Presidente do TRE, José Maria Teixeira do Rosário, encerrou sua participação parabenizando a equipe pelo trabalho desenvolvido e agradecendo o empenho e a dedicação de todos os servidores envolvidos na elaboração e execução das ações de integridade.

1.3 Apresentação do Dashboard de acompanhamento de projetos

Osiel Marlon Negrão da Silva, Chefe da Seção de Gestão Estratégica e Projetos (SEGEP), iniciou sua apresentação destacando a Resolução nº 5.415/2017, que estabelece as diretrizes de atuação do Conselho de Governança do Tribunal. Ele explicou que as principais atribuições do Conselho incluem definir o direcionamento estratégico, supervisionar a gestão institucional, promover o engajamento das partes interessadas e avaliar o sistema de gestão de pessoas.

Em seguida, Osiel apresentou uma ferramenta desenvolvida internamente, criada a partir de demandas observadas na rotina administrativa. Ele lembrou que, antes disso, os projetos eram analisados manualmente, com emissão de relatórios impressos. Para superar essa limitação, foi idealizado e implementado um *dashboard* interativo, que oferece aos macrogestores um acompanhamento consolidado dos projetos, de forma dinâmica e integrada.

A ferramenta permite filtrar informações de forma objetiva e apresenta percentuais de andamento, dados financeiros, status das entregas e uma página síntese com o panorama geral de cada projeto. Osiel também destacou o desenvolvimento dos QrBooks, relatórios sintéticos com resumos executivos destinados ao monitoramento ágil e eficiente das ações estratégicas do Tribunal.

O Diretor-Geral, Bruno Giorgi, comprometeu-se a encaminhar os projetos para as respectivas unidades macrogestoras, com o objetivo de reavaliar o Plano de Gestão e identificar pontos que possam ser aprimorados, ajustados, excluídos ou reformulados, contribuindo para o aperfeiçoamento contínuo da gestão institucional.

Por fim, a Secretária de Planejamento, Elaine Santana, lembrou que, a cada dois meses, a SEPLAN envia relatórios de acompanhamento do andamento dos projetos, o que possibilita um monitoramento periódico e a atualização sistemática das informações estratégicas.

1.4. Novo PEJEPA 2027-2032

Sandro Gonçalves Borges, Coordenador de Estratégia e Planejamento de Eleições, introduziu o tema destacando

que o novo ciclo do Planejamento Estratégico será construído de forma estratégica, sistematizada e estruturada, com foco no futuro e considerando o atual estágio de maturidade do Tribunal. Ele explicou como se dará a elaboração do novo PEJEP, enfatizando a incorporação das lições aprendidas e a melhoria das entregas.

Ao apresentar o conteúdo, Sandro fez uma analogia entre o planejamento estratégico e um processo judicial, ressaltando a necessidade de revisar a Missão institucional, definir onde o Tribunal deseja chegar nos próximos seis anos e atualizar os valores organizacionais. Ele também propôs a adoção de uma nova metodologia, substituindo a atual pelo uso de OKRs, para construir indicadores mais objetivos e mensuráveis.

Sandro sugeriu ainda um calendário de reuniões com as unidades, usando como referência os planos de ação do último ano. O objetivo é modelar os indicadores que ainda podem ser alcançados até o fim do exercício e permitir a elaboração do novo plano de ação até fevereiro.

Informou também que, no próximo PEJEP, será solicitado aos macrogestores, até o dia 28, que indiquem dois servidores responsáveis por apoiar o direcionamento e o acompanhamento dos indicadores, visando à consolidação do diagnóstico até o final do ano e à construção do novo planejamento.

Por fim, apresentou o calendário de ações, destacando que o plano de ação para saneamento dos indicadores deve ser enviado até 27 de fevereiro de 2026, com base nas medições realizadas até 31 de dezembro de 2025. Explicou, também, que para o novo ciclo (2026–2031), as indicações dos representantes das unidades deverão ser enviadas até 28 de novembro, com consolidação prevista para 19 de dezembro e início dos trabalhos em janeiro de 2026.

1.5. Soluções de TIC / CDTI / Execução Orçamentária de TIC

O Secretário de Tecnologia da Informação, Felipe Houat de Brito, explicou como funciona o CDTI, órgão responsável por avaliar e priorizar as demandas de tecnologia apresentadas pelas unidades do Tribunal. Ele informou que o comitê é regido pela Resolução TRE-PA nº 5.419/2018 e composto pela Presidência, Vice-Presidência, Diretoria-Geral e pelos Secretários.

Felipe pediu que as unidades façam uma reavaliação de suas demandas, pois muitas precisam ser atualizadas para que a STI possa planejar melhor o atendimento. O Diretor-Geral, Bruno Giorgi, reforçou essa necessidade e destacou que ela ficou evidente ainda no período de transição.

Felipe apresentou o panorama atual das solicitações: 55 pedidos registrados, sendo 20 entregues, 14 em execução e 20 aguardando priorização. Ele informou que a COSIS fará novas reuniões com todas as unidades até janeiro, para revisar e reorganizar as demandas. Também destacou que a STI já oferece soluções com uso de inteligência artificial, mas é essencial que cada unidade descreva com clareza seus problemas, evitando o desenvolvimento de sistemas desnecessários.

Bruno lembrou que o Tribunal já promoveu cursos sobre IA e planeja novas capacitações para apoiar o trabalho dos servidores.

Felipe também apresentou a situação da execução orçamentária, informando que, mesmo sem investimentos neste ano, a STI manteve suas atividades. Para o próximo exercício, haverá recursos específicos para troca de equipamentos.

A representante da ASCON, Renata, sugeriu que a STI participe dos ciclos de reuniões da assessoria, para melhorar o uso da IA na produção de conteúdo institucional.

A Secretária Judiciária, Rosiane Martinelle solicitou o desenvolvimento de um sistema sobre "desinformação". O Secretário de TI esclareceu que os pedidos devem ser incluídos no sistema GERSOL e priorizado de acordo com a estratégia do Tribunal.

Por fim, a Secretária de Planejamento, Elaine Santana, comunicou que o horário dos aparelhos de ar-condicionado será ajustado: a partir de dezembro, funcionarão das 7h às 17h, com possibilidade de autorização excepcional mediante e-mail. O Diretor-Geral informou que outros temas, como o teletrabalho, também estão sendo avaliados.

1.6. RAI NT

O Secretário de Auditoria, Evandro Moreira Ramos, apresentou proposta para que o Relatório de Auditoria (RAI NT) seja encaminhado ao Conselho de Governança exclusivamente em formato eletrônico, com o objetivo de tornar o ciclo de elaboração e publicação mais ágil. Ele explicou que o formato atual é demorado e que a digitalização completa permitirá maior eficiência e rapidez na divulgação das informações.

A proposta foi discutida e aprovada pelos presentes.

ENCERRAMENTO

A Secretária de Planejamento, Elaine Santana, agradeceu a participação de todos e destacou o empenho da equipe da SEPLAN na preparação da reunião. Ela comentou que os debates foram produtivos e reafirmou o compromisso de atualizar a cadeia de valores do Tribunal, lembrando que a estratégia institucional vai além de prêmios e iniciativas voltadas à qualidade de vida. Em seguida, passou a palavra ao Diretor-Geral.

O Diretor-Geral, Bruno Giorgi, agradeceu pela participação e afirmou que esta foi uma das melhores RAEs de que já participou, com discussões objetivas e focadas nos temas essenciais. Ele informou que apresentou ao Presidente proposta para ampliar a participação da Vice-Presidência, principalmente nas discussões orçamentárias, reforçando a importância de continuidade do ciclo estratégico do PEJEPA.

Elaine pediu que, nas próximas RAEs, as unidades tragam seus problemas e necessidades para discussão conjunta, evitando que a reunião se limite à apresentação da SEPLAN e fortalecendo a troca entre as áreas.

Bruno adicionou que não haverá desligamento dos sistemas do TRE nos fins de semana, já que alguns servidores trabalham presencialmente ou de forma remota nesses períodos.

O representante da Corregedoria, Dr. David Guilherme de Paiva Albano, colocou a Vice-Presidência e a Corregedoria à disposição para colaborar com o fortalecimento e o crescimento institucional do Tribunal.

Por fim, Bruno Giorgi encerrou a reunião, agradecendo a pontualidade, o envolvimento e o compromisso de todos, destacando o trabalho em equipe durante o ano, que foi seu primeiro como Diretor-Geral.



Documento assinado eletronicamente por **ELAINE CRISTINA DE JESUS SANTANA DA SILVA MACHADO, Secretária**, em 18/12/2025, às 19:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **VILARETE DE ALMEIDA OLIVEIRA, Coordenadora**, em 19/12/2025, às 14:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO GIORGI ALMEIDA E SILVA, Diretor-Geral**, em 19/12/2025, às 16:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **EVANDRO MOREIRA RAMOS, Secretário**, em 22/12/2025, às 08:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MICHELE BAPTISTA LUIZ DE MELO E SILVA, Assessora**, em 22/12/2025, às 13:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **KAYLA OLIVEIRA COHEN, Assessora**, em 22/12/2025, às 16:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA GUIMARAES ROCHA DE SABOYA, Assessora**, em 23/12/2025, às 08:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO, Presidente**, em 23/12/2025, às 09:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE HOUAT DE BRITO, Secretário**, em 23/12/2025, às 10:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO LOPES ROCHA, Assessor**, em 29/12/2025, às 14:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO DE ARAÚJO MOURA, Assessor**, em 07/01/2026, às 11:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SABRINA BITTENCOURT GUIMARÃES CASTRO, Coordenadora**, em 07/01/2026, às 13:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **NATASHA DA COSTA GILLET, Assistente**, em 07/01/2026, às 13:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **WALQUIRIA CARRERA BERNARDO RIBEIRO, Chefe de Núcleo**, em 07/01/2026, às 13:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **David Albano, Juiz Auxiliar da Corregedoria**, em 08/01/2026, às 16:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SINARA LUBIANA MENDES DIOGO, Secretário**, em 09/01/2026, às 09:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO EDIVALDO DE OLIVEIRA GASPAR, Coordenador**, em 12/01/2026, às 08:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ROSIANE REVELLE DOS SANTOS MARTINELLI, Secretária**, em 12/01/2026, às 09:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pa.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2880511** e o código CRC **7804560D**.